



FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES – FAPS

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS
ATA Nº 07/2025

Aos cinco dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões da Presidência do IPAM, localizada no 6.º andar da sede, realizou-se reunião extraordinária do Comitê de Investimentos. Registrou-se a presença do Presidente do IPAM, Sr. Gustavo da Silva Machado, do Diretor Financeiro, Sr. Vinícius de Vargas Bacichetto, da Tesoureira do FAPS, Sra. Luciane Maraschin e do representante do Conselho Deliberativo, Sr. Auro Luis da Silva. A Sra. Lívia Cristina Brum Ries justificou ausência por questões de tratamento de saúde. Como pauta da reunião tem-se os seguintes temas: a) assinaturas de atas; b) definição sobre investimentos sugeridos pela Assessoria Financeira – SMI – conforme recomendação no arquivo do Relatório; c) assuntos gerais. Vinícius iniciou a reunião informando que a Assessoria Financeira enviou o material de Apresentação de Carteira, Estudo de ALM e indicações de alteração da carteira. Também informou os membros que na semana anterior à reunião, a SMI realizou uma videochamada para explicar a ALM, a Carteira sugerida e explicar o objetivo das mudanças. Sendo assim, passou para a apresentação. Vinícius falou que, segundo o relatório enviado para análise dos membros, a Assessoria Financeira sugeria uma carteira com composição de 70% do patrimônio investido em Títulos Públicos, 15,5% em CDI e o restante dividido em Renda Variável, IMA-B5+ e Letras Financeiras. Com base no estudo de ALM, a Assessoria sugeria as seguintes movimentações: a) Resgate Total: Banrisul Foco IMA Geral - CNPJ: 04.828.795/0001-81; Banrisul Foco IRF-M 1 - CNPJ: 18.466.245/0001-74; BB FIC Prev. Alocação Ativa Retorno Total RF - CNPJ: 35.292.588/0001-89; BB FIC Previdenciário Títulos Públicos IRF-M1 - CNPJ: 11.328.882/0001-35; BB Previdenciário Títulos Públicos IMA-B - CNPJ: 07.442.078/0001-05; BB Previdenciário Títulos Públicos IMA-B5+ - CNPJ: 13.327.340/0001-73; Caixa Brasil Títulos Públicos IMA-B - CNPJ: 10.740.658/0001-93; Caixa Brasil Títulos Públicos IRF-M1 - CNPJ: 10.740.670/0001-06; Caixa FIC Novo Brasil Referenciado IMA-B - CNPJ: 10.646.895/0001-90; Caixa Bolsa Americana Multimercado - CNPJ: 30.036.235/0001-02 e, b) Resgate Parcial de R\$ 9 milhões dos fundos: BB FIA Governança - CNPJ: 10.418.335/0001-88 e BB FIC FIA Dividendos Midcaps - CNPJ: 14.213.331/0001-14. Com os recursos disponibilizados a indicação era investir cem por cento em NTN-B, o que representaria um investimento aproximado de 23% do Patrimônio do FAPS. Posteriormente, Vinícius apresentou o estudo de ALM, comentou que o estudo busca compor ativos na carteira objetivando uma classificação de “Carteira Ótima”. A Carteira Ótima é caracterizada pela soma da rentabilidade que cumpra a meta atuarial; compatibilidade de pagamento do passivo a longo prazo; diminuição do risco global da carteira e manutenção da estabilidade financeira do RPPS. Diante disso, os membros foram informados que a atual carteira do FAPS projeta uma rentabilidade de 7,23%, ante a meta de 5,04% ao ano, e que esta carteira



tem uma volatilidade anualizada de 3,30%. Segundo a Assessoria Financeira, a carteira sugerida por eles reduz a rentabilidade anualizada para 6,12%, porém, com uma volatilidade anual de 0,38%, o que diminui, em muito, o risco da carteira do FAPS. Outro item explicado foi a Fronteira Eficiente de Markowitz, apresentada em gráfico, a qual demonstra a posição da carteira do FAPS em relação a carteira sugerida pela Assessoria Financeira. Vinícius comentou, ainda, que junto ao estudo de ALM, veio anexado o Relatório de Avaliação Atuarial e o Relatório de Gestão dos Recursos emitido pela Assessoria Financeira. Vinícius também disse, que o objetivo da movimentação sugerida é reduzir o risco futuro de reinvestimento dos recursos financeiros aplicados em lotes de títulos públicos, com vencimentos em que o FAPS pode não ter a oportunidade de obter taxas atrativas como as vistas no momento econômico atual; as movimentações sugeridas, além de reduzir o risco da carteira com oscilações diárias, reduzem o impacto em relação a momentos de estresse elevado, como é o caso de eleições presidências (2026). A movimentação mira, também, garantir o alcance da meta atuarial nos recursos aplicados e reduzir o risco de mercado. No entanto, Vinícius informou os membros do Comitê que a Política de Investimentos de 2025, limita em 60% a utilização dos recursos com baixa liquidez, ou seja, 40% dos recursos deve ter liquidez imediata, contemplado dentro de 90 dias (item 5.5.3 - *Risco de Liquidez: Considerando a característica dos investimentos do RPPS, o risco de liquidez a ser mitigado é a possibilidade de indisponibilidade de recursos para pagamento das obrigações futuras. Levando-se em consideração a posição atual e os fluxos futuros, fica estabelecido que o limite mínimo de liquidez para a carteira de investimentos será de até 40% do patrimônio líquido com prazo menor de 90 dias.*). Assim sendo, Vinícius alertou os membros que a estratégia de alocar 70% dos recursos em títulos públicos acaba colocando o FAPS em desenquadramento em relação às Diretrizes para Gestão dos Recursos. Desta forma, os membros manifestaram-se em observar o percentual da PI 2025, e, aplicar recursos financeiros suficientes que não deixe a carteira em desenquadramento do passivo futuro, ou seja, que os investimentos em Títulos Públicos não superem os 60% da carteira. Também, foi apresentado ao Comitê, um e-mail no qual o Diretor Financeiro, já prevendo esta limitação, questionou a Assessoria Financeira para que indicasse os Fundos de Investimentos preferenciais para desinvestir, no caso de não poder realizar a movimentação na íntegra. Assim sendo, os fundos indicados foram: BB FIC Prev. Alocação Ativa Retorno Total RF – CNPJ 35.292.588/0001-89; BB Previdenciário Títulos Públicos IMA-B – CNPJ 07.442.078/0001-05; Caixa Brasil Títulos Públicos IMA-B – CNPJ 10.740.658/0001-93 e Caixa FIC Novo Brasil Referenciado IMA-B – CNPJ 10.646.895/0001-90. Uma vez realizada a devida explanação e possibilidades de realocações, Vinícius trouxe aos membros um quadro comparativo de rentabilidade dos fundos indicados inicialmente, para que todos compreendessem a rentabilidade que cada fundo se “compromete” no resultado final da carteira do RPPS e, conseqüentemente, no atingimento da meta atuarial. Também foi apresentado um quadro de acompanhamento das taxas que os papéis de NTN-B 2045 e NTN-B 2050 estavam sendo negociados no período de 12/05 a 04/06. O último quadro apresentado, foi o quadro de Origens do Resgate. Este quadro demonstra as aplicações realizadas nos devidos fundos e qual o ganho até o dia anterior ao da reunião, demonstrando se as movimentações de resgates seriam realizadas



com prejuízo ou não. Os membros verificaram que os resgates a serem realizados não implicariam em resultados negativos, sendo assim, não houve objeções às movimentações. Por fim, Vinícius destacou que o resultado final (Maio/2025) de investimentos em Títulos Públicos contabilizava um montante de R\$ 345.780.658,29, representando (49,19% sobre o patrimônio final de Abril/2025). Além disso, levando em consideração os 40% que o RPPS precisava ter de liquidez (R\$ 275.445.647,98), se teria, ainda, a possibilidade de investir mais R\$ 67.387.813,68 em Títulos Públicos. Desta forma, se completaria o percentual de 60% em títulos públicos, e se manteria 40% investido em fundos de liquidez até 90 dias. Luciane comentou que é importante não realizar o investimento em sua capacidade máxima, isso significa que não seria recomendado aplicar o montante exato disponível para investimentos com menor liquidez, uma vez que dependendo da forma como os investimentos performarem, o RPPS poderia vir a ficar desenquadrado passivamente em relação à PI 2025. Desta forma, se sugeriu que o investimento realizado fosse menor do que o permitido. O Presidente do IPAM, Gustavo, avaliando as considerações, sugeriu que o montante a ser investido seria de R\$ 58 milhões de reais, sugeriu ainda, que fosse investido em NTN-B 2045 e NTN-B 2050, contemplando a estratégia adotada pelo Comitê de criar um cronograma de vencimentos dos lotes de Títulos Públicos. A definição, unânime, pelos membros presentes do Comitê de Investimento foi de realizar a seguinte movimentação: a) Resgate Total do Fundo BB Prev. Retorno Total e do Fundo Caixa Novo Brasil IMA-B; b) resgate parcial de aproximadamente R\$ 16.000.000,00 do Fundo Caixa IMA-B e resgate parcial, de aproximadamente R\$ 18.000.000,00, do Fundo BB Prev. IMA-B, contemplando, aproximadamente, o montante de R\$ 58.000.000,00. Este recurso deverá ser investido em lotes de Títulos Públicos NTN-B 2045, na proporção aproximada de R\$ 21.602.000,00 e em NTN-B 2050, na proporção aproximada de R\$ 36.397.000,00. Ambas as compras com *benchmark* de IPCA+7,0%, no mínimo. Outro fator que definiu tais valores foi que o FAPS, atualmente, já possui investimento em NTN-B 2045 (R\$ 37.683.530,05) e investimento de R\$ 22.888.460,74 em NTN-B 2050. Levou-se em consideração, também, os lotes a vencer em 2026 (R\$ 11.785.525,69) e em 2027 (R\$ 57.107.986,57). Em tempo, registra-se que os documentos que deram embasamento para a decisão estão guardados digitalmente e, também, impressos. Como segundo ponto de pauta, foi verificado o relatório de gestão. Vinícius informou que o sistema da Assessoria Financeira permite a emissão de relatório de gestão preliminar, com o objetivo de verificar as movimentações realizadas e cadastradas e a posição da carteira. Neste sentido, os membros se detiveram a analisar a performance da meta atuarial. No relatório deste ano (2025), foram apresentados os seguintes dados: Janeiro – Meta de 0,57%, desempenho da carteira de 1,00%; Fevereiro – Meta de 1,73%, desempenho da carteira de 0,56%; Março – Meta de 0,97%, desempenho da carteira de 1,06%; e Abril – Meta de 0,84%, desempenho da carteira de 1,22%. Em relação à meta do mês de maio, de forma provisória, até que a Assessoria finalize a emissão do Relatório, o FAPS apresenta um desempenho de 1,40%, perante uma Meta de 0,75%, sendo que esses números poderão sofrer algum ajuste. E em assuntos gerais tratou-se sobre as reuniões de Junho e Julho. Gustavo questionou se fica mantida a reunião ordinária do Comitê, conforme o cronograma, tendo em vista a reunião extraordinária realizada na data de hoje. Os membros do Comitê entendem que não há necessidade de realizar a



MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL – IPAM
FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES – FAPS
COMITÊ DE INVESTIMENTOS

reunião mensal de Junho, porém, caso o cenário econômico tenha alguma alteração ou que a Assessoria Financeira faça alguma recomendação nova, será realizada a convocação para a reunião ordinária do mês, do contrário, a mesma fica cancelada. Já no mês de julho/2025, tendo em vista as férias do Diretor Financeiro, a reunião foi antecipada para o dia 17 de julho, às 9h30min. Ainda, registra-se que foi coletada a assinatura nas atas pendentes. Nada mais havendo a relatar eu, Vinícius de Vargas Bacichetto, encerro a presente ata que será assinada por mim e pelos demais membros do Comitê de Investimentos. Esta Ata também serve como atestado de participação na reunião para fins de ausência laboral.